

MAIS PROBLEMAS

Crise na saúde se agrava e leitos de UTI da Santa Casa estão lotados

Não bastasse a greve dos médicos, agora é a vez do maior hospital do Estado contribuir para o caos

LUCIA MOREL

A crise que Campo Grande já enfrenta na saúde se agrava a cada dia. Além da greve dos médicos da rede pública, agora a Santa Casa está trabalhando com a capacidade máxima nas Unidades de Terapia Intensiva (UTIs). Os 97 leitos disponíveis no hospital estão lotados desde a semana passada, quando a entidade divulgou informes sobre o problema, afirmando que não receberia mais pacientes que precisassem ser atendidos em leitos de UTI ou de respiração mecânica.

Para piorar a situação, alguns pacientes do hospital precisam receber respiração manual, feita por meio deambu, que é uma bolsa de ar que, ao ser pressionada, ventila ar para as vias aéreas do paciente. Atualmente, segundo informou a direção da Santa Casa, um paciente estava nessa situação ontem.

Conforme o hospital, em alguns casos, salas do centro cirúrgico estão sendo usadas como UTIs e, com isso, cirurgias acabam sendo canceladas. Outro agravante é quanto à renovação do contrato entre a instituição e a Prefeitura de Campo Grande, o qual vence no domingo (31) e não tem previsão de quando deve ser assinado. Um contrato prévio foi feito no início do mês e garantiu os repasses do Sistema Único de Saúde (SUS) e ainda mais R\$ 3 milhões dos cofres municipais.

Saiba

Mais uma assembleia foi realizada

Na noite de ontem, às 19 horas, o sindicato dos médicos se reuniu novamente para deliberar sobre a continuidade ou não da greve

O presidente da Associação Beneficente de Campo Grande (ABCG), Wilson Teslenko, que administra a Santa Casa, disse que, em janeiro deste ano, foi encaminhado um projeto para a prefeitura em que pedia para que, no hospital, fossem instalados mais 10 leitos de UTI, mas, segundo o presidente, não houve resposta sobre o pedido.

Ainda segundo Teslenko, durante as últimas semanas, a Santa Casa vem emitindo informes da situação do volume da lotação e da capacidade do hospital de atender pacientes críticos que precisam de leito de UTI ou demandam respiração artificial. Nos informes, a Santa Casa sempre deixou claro que os pacientes com politraumatismo, com queimaduras, neurocirúrgicos e que não precisassem de UTI ou respiração artificial seriam atendidos normalmente.

A coordenadora interna de

Núcleo de Leitos, Priscilla Alexandrino, informou que o hospital não tem o poder de vetar ou receber um paciente, este critério é feito pelo órgão regulador das vagas. “É critério do regulador, que é o Estado e o município, para enviar paciente, não negamos nem aceitamos pacientes, apenas relatamos a situação do hospital e sua capacidade”, disse.

Assim como acontece nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), na manhã de ontem, havia uma pessoa recebendo atendimento de respiração artificial manualmente. O diretor técnico da Santa Casa, Luiz Alberto Kanamura, disse que o atendimento neste caso é igual ao da UPA, somente mudando o local, e que aceitar pacientes nestas condições é sempre um risco. “Aceitar um paciente sem ter como acomodá-lo, da melhor forma, é sempre arriscado”.

Além dos problemas enfrentados no dia a dia, a Santa Casa corre o risco ainda de ficar sem o convênio com o município para atendimento de baixa à alta complexidade, que vence no dia 6 de junho deste ano e ainda não foi renovado. “Para o contrato de remendo, não há horizonte de nenhuma solução. Temos, por condição, que ele seja de longo prazo e com cláusula de reajuste, mas vivemos incerteza e descalço do poder público”, disse Wilson Teslenko.



VALDENIR REZENDE

LEITOS. Todas as vagas de UTI da Santa Casa estavam lotadas até ontem, sem previsão de serem liberadas

Falta de leitos para pacientes graves faz população agonizar nos postos

A falta de Unidades de Tratamento Intenso (UTIs), na rede pública de saúde, faz com que os pacientes agonizem nas Unidades de Pronto Atendimento de Saúde (UPAs) de Campo Grande. A situação se agrava com os pacientes que precisam de respiração manual, o que leva os funcionários à exaustão, além de risco e desconforto aos pacientes. Mesmo pessoas com pro-

blemas coronários ou com câncer, que deveriam ter prioridade na transferência, acabam esperando dias por um leito de UTI.

É o caso da idosa Eglida Rosa, 85 anos, que está na UPA Coronel Antonino e que precisa urgentemente de uma vaga em UTI. Ela sofreu um infarte na noite de terça-feira (26) e foi levada para a unidade, onde permanece em esta-

do gravíssimo. Ela chegou a respirar porambu, mas um médico cedeu o respirador mecânico que pertence a ele para a paciente.

Já Antonilda Rodrigues da Silva Cunha, 77 anos, não teve tanta sorte. Ela morreu ontem à tarde. Antonilda tinha câncer e esperava transferência para o Hospital do Câncer, mas não resistiu e morreu sem ser transferida. (GT)

MAGISTÉRIO

Greve inicia com 60% das escolas fechadas

LUCAS JUNOT

Com apenas 60% das escolas paralisadas em Campo Grande e cerca de 75% no restante do Estado, o primeiro dia de greve dos professores foi marcado pela divulgação de documentos que indicam que o governo do Estado comete improbidade administrativa, ao descumprir os dispositivos legais que determinam aplicação do índice de 10,98% de reajuste salarial e a lei da hora atividade, que deveria ser paga desde fevereiro deste ano.

Em coletiva de imprensa, realizada ontem, o presidente da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (Fetems), Roberto Botarelli, declarou que o Executivo estadual comete ilegalidade ao protelar o cumprimento das leis e que, caso as negociações não progredam, a Justiça poderá ser a última cartada para garantir o cumprimento dos direitos dos trabalhadores.

Botarelli apresentou documento assinado pelo governador Reinaldo Azambuja (PSDB), no dia 6 de fevereiro, em que se compromete a cumprir as disposições legais da Lei 4.464. O termo contém a assinatura do governador com firma reconhecida em cartório. “Ele [governador] havia feito um compromisso, está aqui,



GERSON OLIVEIRA

AULA NORMAL. Muitos estudantes compareceram às escolas

assinado e, além disso, ele jurou cumprir as leis quando tomou posse”, lembra Botarelli.

Outro documento apresentado pela categoria, protocolado na sexta-feira (22), cobra do governo o cumprimento do compromisso de fornecer acesso aos processos de convocação de professores, processos de revisão do custeio e contratos da Secretaria de Educação (SES/MS) e acesso às despesas do Fundeb e da Fonte 100, além de acompanhamento das medidas de contenção, mediante apresentação de relatório de cada reunião.

Aprovada em dezembro de 2013, Lei 4.464 – que determina o índice de correção aplicado ao piso salarial profissional

nacional para os profissionais do magistério público da educação básica de até 40 horas semanais, acrescido de 1/4 da diferença entre este e o piso salarial profissional estadual – encabeça as reivindicações dos professores. A norma garante à categoria a concessão de 10,98% de reajuste salarial em maio deste ano, data-base das discussões.

Sem condições de realizar o pagamento, no início do ano, o governo alega ter editado decreto declarando a impossibilidade de cumprimento da lei, determinando então sua nulidade, por ferir os princípios da constitucionalidade e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). De acordo com o presidente da Fetems, Rober-

to Botarelli, um decreto não pode revogar uma lei, o que torna a norma ainda vigente. “Precisaria um outro projeto de lei ser aprovado para anular a lei vigente”, explica.

O pagamento de 1/3 de hora-atividade para os professores da rede estadual, equivalente a 2013, a partir de janeiro de 2015, foi acordado no Pacto pela Educação Pública de outubro de 2012, consolidado na Lei Complementar 165, e também permanece pendente.

Saiba

Justiça decreta multa e retorno imediato

A prefeitura entrou com uma ação na Justiça contra a greve dos professores municipais e ontem, em decisão, a Justiça determinou o retorno imediato às atividades de, ao menos, 66% dos docentes, sob pena de multa de R\$ 50 mil por dia de descumprimento. Conforme a decisão, há “risco de dano aos milhares de alunos”

MANIFESTAÇÃO

Administrativos da educação protestam

LAIRTES CHAVES

O centro de Campo Grande foi cenário para a manifestação de mais de 250 técnicos administrativos da Rede Estadual de Ensino, que entraram em greve ontem, contra a proposta de reajuste zero no salário dos servidores feita pelo governador Reinaldo Azambuja (PSDB). Em todo Mato Grosso do Sul, 6.200 servidores, que atuam na secretaria, inspetoria, limpeza, merenda, etc., estão de braços cruzados.

O protesto aconteceu no cruzamento da Avenida Afonso Pensa com a Rua 14 de julho. Cada vez que o semáforo ficava vermelho, os manifestantes ocupavam a faixa de pedestres

e o espaço entre os carros, com bandeiras e distribuição de panfletos. Alguns servidores ainda faziam apito e panelaço para chamar a atenção para a causa. O presidente do Sindicato dos Servidores Administrativos na Educação de Campo Grande (Sintede), Wilds Ovando, afirmou que a intenção do movimento era de chamar atenção do governo estadual e de mostrar às pessoas os motivos que justificam a paralisação. “O governador insiste no índice zero de reajuste, uma vez que a categoria é a que tem o menor salário do Estado. Isso não é diálogo, como ele fala por aí. Assim, não existe diálogo”, explica.

FEDERAIS

UFGD também entra em greve

LUCIA MOREL

Os técnicos administrativos da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e também do Hospital Universitário entram em greve a partir de amanhã, sexta-feira. Em assembleia antes de ontem, a categoria optou pela paralisação por tempo indeterminado, seguindo o movimento nacional dos servidores de universidades federais. As

negociações com o governo federal não avançaram e a greve será para pressionar o governo a ampliar os investimentos na educação.

Entre as reivindicações, está a política salarial permanente com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias, além de índice linear de 27,3% e paridade salarial entre ativos, aposentados e pensionistas.